



LEGISLATIVO

Favorito do presidente Jair Bolsonaro para ocupar a Presidência da Casa, no ano que vem, o parlamentar é tido como exímio articulador político e muito atencioso com os colegas. O líder do PP e do Centrão também tem fama de ser um rigoroso cumpridor de acordos

Lira, um deputado de prestígio na Câmara...

» JORGE VASCONCELLOS

A disputa pela Presidência da Câmara tem atraído muitas atenções para o nome do deputado Arthur Lira (PP-AL), o candidato preferido do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) para concorrer à eleição na Casa, em fevereiro. O líder do PP e do Centrão comanda uma bancada de cerca de 170 parlamentares e é um exímio articulador político. Em troca de apoio ao governo, ele negociou a nomeação de aliados para importantes cargos federais. Apesar de ser um dos integrantes mais poderosos do Congresso, sempre atuou nos bastidores.

Discreto, avesso a holofotes, também é conhecido por, dificilmente, falar com a imprensa.

Lira é a personificação da chamada “velha política”, que Bolsonaro ameaçou de extinção durante a campanha de 2018. No comando do Centrão, o deputado esteve ao lado, também, dos governos dos então presidentes Michel Temer (MDB) e Dilma Rousseff (PT).

A promessa de Bolsonaro de acabar com o “toma lá dá cá” e outras práticas tradicionais da política brasileira, porém, não sobreviveu a um momento de forte isolamento político, vivido pelo presidente no início do ano. Acuado por investigações, alvo de dezenas de pedidos de impeachment na Câmara, o chefe do Executivo acabou se jogando nos braços do Centrão, ao qual assegurou, como fizeram Dilma e Temer, um amplo espaço de participação no governo.

Advogado, pecuarista e empresário, Lira, de 51 anos, é filho do senador Benedito de Lira. Com uma carreira política iniciada em 1993, foi vereador em Maceió e deputado estadual por Alagoas. Na Câmara, está no terceiro mandato consecutivo de deputado federal. Segundo parlamentares ouvidos pelo *Correio*, chama muito a atenção o profundo conhecimento que ele tem do Regimento Interno

da Câmara, possivelmente fruto da formação em direito.

O deputado é visto pelos colegas como um político discreto, mas, ao mesmo tempo, muito divertido e generoso. Grande parte da influência na Câmara, ele conquistou ajudando seus pares em questões pertinentes ao dia a dia do mandato parlamentar. Aos que procuram os melhores apartamentos funcionais em Brasília, por exemplo, articula uma solução com o deputado André Fufuca (PP-MA), seu aliado, 4º secretário da Câmara, encarregado desse e de outros assuntos administrativos.

Um deputado que falou reservadamente com o *Correio* con-

tou que, durante um bom tempo, Lira ficou conhecido como o “Eduardo Cunha 2.0”, ou seja, uma versão turbinada do ex-presidente da Câmara, que teve o mandato cassado e foi condenado à prisão, no âmbito da Lava-Jato. Cunha também lançava mão de uma série de artifícios, muitos deles questionáveis, para angariar o apoio dos colegas. A Polícia Federal descobriu, por exemplo, que ele usou R\$ 30 mi-

lhões recebidos como propina da JBS para comprar apoio dos colegas na eleição para a Presidência da Câmara.

A identificação de Lira com Cunha era tanta que o líder do Centrão foi acusado de participar de infrutíferas manobras regimentais para tentar salvar o aliado da cassação do mandato. Em 2016, ao responder a uma consulta do então presidente interino da Câmara, Waldir Maranhão (PP-MA), sobre o rito do processo de cassação, o político do PP apresentou à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) um parecer propondo que fosse votado, no plenário da Casa, um projeto de resolução, e não o relatório elaborado pelo Conselho de Ética. O texto de Lira abria caminho para que Cunha, em vez de ser cassado, sofresse apenas uma pena alternativa.

Luis Macedo/Câmara dos Deputados - 12/7/19



Advogado, pecuarista e empresário, Arthur Lira está no terceiro mandato consecutivo de deputado federal

Promessas cumpridas

O deputado é conhecido, também, como um rigoroso cumpridor de acordos. “Essa é uma das principais qualidades apontadas pelos colegas, porque tem muito político que promete que faz, mas não entrega. Então, isso o torna um líder benquisto pelos colegas. Se ele se compromete, entrega o que prometeu”, diz o cientista político André Pereira César, da Hold Assessoria Legislativa, conhecedor dos bastidores do Congresso.

“Então, isso é uma coisa que ele trabalha muito bem e que o ajudou a conquistar espaço na Câmara. Abre um leque de conversas

tanto com a direita quanto com a esquerda. Claro que ele comete erros, como está cometendo, na nossa avaliação, e também de alguns colegas dele, na briga com Rodrigo Maia (DEM-RJ) pela presidência da Comissão Mista de Orçamento”, ressalta Pereira César.

O analista se refere à disputa que os grupos políticos do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e de Lira travam para colocar seus respectivos aliados no comando da poderosa comissão. Em razão dessa briga, o Centrão passou a obstruir as votações no plenário da Câmara, em outubro. O bloco decidiu suspender as observações em 18 de novembro, mas,

desde então, poucas matérias relevantes têm sido aprovadas pelos deputados. “Nossa avaliação é que ele avançou muitos sinais, foi com muita sede ao pote e deve pagar algum preço por causa disso”, destaca o cientista político.

Como candidato à sucessão na Câmara, Lira tem dialogado com diferentes partidos, na tentativa de atrair votos na disputa contra o grupo de Rodrigo Maia. Nessas conversas, o grande desafio do líder do Centrão é convencer os colegas de que, apesar da proximidade com Bolsonaro, vai defender a autonomia do Legislativo e a independência em relação ao Executivo.

Rosa Weber vota contra reeleição

A ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), votou, ontem, no plenário virtual da Corte, contra a possibilidade de reeleição dos atuais presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre. O voto da magistrada foi proferido na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6.524, ajuizada pelo PTB e que pede a proibição da recondução dos dois parlamentares. Por enquanto, o placar está em cinco a três a favor da reeleição de Alcolumbre. Já no caso de Maia, é de quatro a quatro.

O julgamento começou na sexta-feira e tem de ser concluído até o dia 14. A ação movida pelo partido se baseia no Artigo 57 da Constituição, que diz: “Cada uma das Casas reunir-se-á em sessões preparatórias, a partir de 1º de fevereiro, no primeiro ano da legislatura, para a posse de seus membros e eleição das respectivas Mesas, para mandato de 2 (dois) anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente”.

Rosa Weber considera que o impedimento de uma reeleição na mesma legislatura está expresso na Constituição, não havendo margem para outras interpretações. “Este Supremo Tribunal Federal, enquanto seu guardião por força de expresso texto constitucional, não pode legitimar comportamentos transgressores da própria integridade do ordenamento constitucional, rompendo indevidamente os limites semânticos que regem os procedimentos hermenêuticos para vislumbrar, indevidamente, em cláusula de vedação, uma cláusula autorizadora”, escreveu. “A hermenêutica constitucional não permite endosso a práticas heterodoxas que adulterem o real sentido da Constituição, ou de exegeses capciosas que estiquem o sentido semântico das palavras até que expressem qualquer coisa, e a Constituição já mais nada signifique. Impõe-se, no caso, a reafirmação da supremacia da Constituição”, acrescentou.

Sentido contrário

O posicionamento da ministra vai no sentido contrário ao voto do relator da ação, Gilmar Mendes, que é favorável à reeleição. Até o momento, acompanharam o relator os ministros Dias Toffoli, Ricardo Lewandowski e Alexandre de Moraes.

Além de Rosa Weber, Marco Aurélio Mello e Cármen Lúcia posicionaram-se contra a possibilidade de recondução de Maia e Alcolumbre. Kassio Nunes Marques, por sua vez, apresentou uma divergência parcial, proibindo mais de uma reeleição, o que favoreceu apenas o atual presidente do Senado, uma vez que Maia já foi reeleito. Ainda não votaram, na ação, os ministros Luís Roberto Barroso, Luiz Fux e Edson Fachin. (JV)

... e de várias denúncias na Justiça

Ao mesmo tempo em que desfruta de prestígio na Câmara, o deputado Arthur Lira recebe um tratamento bem menos acolhedor do Poder Judiciário. Em novembro, por exemplo, a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitou um recurso do parlamentar e decidiu mantê-lo como réu em um processo por corrupção.

Lira é acusado de ter recebido, em 2012, propina de R\$ 106 mil do então presidente da Companhia Brasileira de Transportes Urbanos (CBTU), Francisco Colombo. Segundo denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR), Colombo queria que Lira articulasse apoio político no PP para mantê-lo no comando da CBTU. Conforme acusações dos procuradores, o dinheiro foi recebido no Aeroporto

de Congonhas, em São Paulo, pelo assessor parlamentar Jaymerison José Gomes que, segundo apontaram as investigações, foi enviado à capital paulista por Lira. O assessor, de acordo com a PGR, escondeu o dinheiro nas roupas, mas foi descoberto e preso pela Polícia Federal.

Em junho de 2020, a PGR denunciou ao STF tanto Lira quanto o executivo da empreiteira Queiroz Galvão, Francisco Ranulfo, e os colaboradores da Justiça Alberto Youssef, Leonardo Meirelles e Henry de Carvalho. Eles são acusados de crimes de corrupção ativa e passiva, evasão de divisas e lavagem de dinheiro. Conforme a denúncia, em 2012, Lira recebeu R\$ 1.588.700 provenientes de valores desviados de obras

da Petrobras executadas pela empreiteira Queiroz Galvão.

Em abril, também em 2020, a 1ª Vara Federal de Curitiba decretou o bloqueio mensal de 10% dos salários de Lira e de outros parlamentares. Os recursos servirão de garantia do cumprimento de penas pecuniárias requeridas em ações de improbidade administrativa envolvendo irregularidades em contratos da empreiteira Queiroz Galvão com a Petrobras.

Petrobras

Lira também foi denunciado pela PGR, com o pai, em setembro de 2015. Eles são acusados dos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro por receberem propina no valor de R\$ 2,6 milhões,

nos anos de 2010 e 2011. Segundo os procuradores, pai e filho participaram de esquema relacionado à Diretoria de Abastecimento da Petrobras, na época chefiada por Paulo Roberto Costa, a partir de indicação política do PP.

Em maio de 2018, Lira foi acusado de comandar um esquema de “rachadinha”, à época em que era deputado estadual na Assembleia Legislativa de Alagoas. Conforme denúncia da PGR, as irregularidades ocorreram entre 2001 e 2007, causando prejuízo de R\$ 254 milhões aos cofres públicos. O parlamentar foi acusado de ter um rendimento mensal de R\$ 500 mil com o recebimento de parte dos salários dos servidores da Assembleia. Entretanto, o juiz Carlos Henrique Pita Duarte, do Tribunal de Justiça

de Alagoas (TJ-AL), considerou as provas do processo ilegais e absolveu o deputado, em decisão divulgada na sexta-feira. O Ministério Público, porém, anunciou que vai recorrer da decisão. No mesmo dia, Lira tuitou: “A vida do homem público é um livro aberto e quem está nela precisa ter serenidade. Nada como um dia depois do outro”.

Procurada, a assessoria enviou a seguinte nota: “Dos cinco inquéritos que tinham, três foram arquivados. Os inquéritos contra o deputado são todos com base em delação do senhor Alberto Youssef, que já se colocou como um inimigo do deputado. A Justiça, com o arquivamento dos processos, está mostrando que todas as delações não têm provas nem fatos corroborados”. (JV)